

# Novo esquema para a dívida

As contas governamentais deverão fechar o último trimestre do ano com a redução do déficit público a 1,7 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Semelhante desempenho situa-se bem abaixo dos compromissos firmados com o Fundo Monetário Internacional, no âmbito do programa de reajustamento da economia interna do País. Como se sabe, na celebração do acordo para a rolagem da dívida e reabertura dos fluxos de crédito externo, o Brasil submeteu ao Fundo a meta de reduzir o déficit público ao limite máximo de quatro por cento do PIB.

Não se trata de um objetivo em si mesmo, mas de uma política monetária destinada a eliminar as principais pressões sobre o crescimento dos preços da economia brasileira e, por essa via, estabelecer presupostos técnicos para a conquista da estabilidade econômica. Se bem que os níveis de emprego se tenham mantido adequados às circunstâncias, a redução do déficit público não conseguiu infletir para baixo a tendência inflacionária. Por conseguinte, permanecem integros os fatores de perturbação da economia nacional, com a possibilidade muito provável de fechar o exercício com uma expansão abaixo da taxa de crescimento demográfico.

É evidente, pois, que o déficit público não concorre com o maior peso para a desarticulação do sistema econômico, de que é expressão máxima o desacerto inflacionário. Outras causas devem ser buscadas para explicar o fenômeno da invulnerabilidade da inflação, já que não se pode admitir tratar-se de uma disfunção autônoma.

Conforme diagnóstico recente do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, os encargos da dívida externa contribuem para exacerbar as condicionantes inflacionárias, na medida em que privam o País de recursos em moeda forte para investimentos na expansão econômica. Tais recursos, em consequência, passam a ser obtidos pelos saques sobre as poupanças privadas ou simplesmente por meio de emissão de papel-moeda, ambos os expedientes de significativa carga inflacionária. Também por causa da dívida, o País vê-se compelido ao exercício de uma extremada política exportadora, a fim de conseguir saldos em divisas para amortizá-la. São grandes as perdas internas de receita fiscal, devido à necessidade de conceder estímulos tributários às exportações, não só para viabilizá-las no que diz respeito à competitividade, quanto no sentido de animar o setor.

Parece, então, que o Governo brasileiro deveria empreender ampla gestão internacional, com a adesão do próprio Fundo, a fim de conseguir um novo esquema para a administração da dívida, de modo a desmobilizá-la dos fatores inflacionários. Em sua recente reunião na Alemanha, o FMI reconheceu a necessidade de os países credores realizarem um esforço cooperativo para aliviar os compromissos externos das chamadas nações intermediárias, como o Brasil, a Argentina e o México. É indispensável, pelo menos, que os valores relativos aos juros sejam compensados pelo ingresso de investimentos externos da mesma dimensão.